



TSR



TSR

TSR Participações Societárias S.A.



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
DIRETORIA ADMINISTRATIVA.....	18
DIRETOR FINANCEIRO	18
RESPONSÁVEL TÉCNICO	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

TSR Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 87.391.579/0001-49

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre a referida demonstração.

São Paulo, 26 de abril de 2017.

A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	6	81.263	131.775	993	3.662
Clientes	7	434.839	462.498	-	1.793
Impostos a recuperar	8	171.222	139.614	4.998	18.885
Despesas antecipadas		21.038	20.669	3	-
Estoques		6.483	6.003	-	-
Dividendos e JCP a receber		-	-	-	2
Créditos a receber de terceiros	9	20.182	-	-	-
Sinistro a receber	10	36.747	39.706	-	-
Outros ativos circulantes		48.206	18.966	2	1
		819.980	819.231	5.996	24.343
Créditos com partes relacionadas	28	17.590	221.055	1.034	-
Ativo fiscal diferido	27	113.627	91.656	15.784	-
Depósitos judiciais	11	32.469	46.230	40	36
Créditos a receber de terceiros	9	-	23.623	-	-
Outros ativos não circulantes		2.904	3.928	-	-
Total do ativo realizável a longo prazo		166.590	386.492	16.858	36
Investimentos	12	-	-	1.199.760	1.272.703
Imobilizado	13	314.289	265.535	-	-
Intangível	14	763.209	810.839	5.613	5.771
Total do ativo não circulante		1.244.088	1.462.866	1.222.231	1.278.510
Total do Ativo		2.064.068	2.282.097	1.228.227	1.302.853

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Fornecedores	15	146.014	154.681	105	88
Empréstimos e financiamentos	16	64.765	94.240	-	-
Debêntures	17	-	49.643	-	-
Salários e encargos sociais	18	275.745	284.813	1.191	500
Impostos e contribuições		50.605	37.093	88	785
Obrigações por compra de participações	20	69.221	96.776	-	-
Provisões	19	21.398	31.475	-	-
Outros passivos circulantes		4.590	7.616	190	267
Total do passivo circulante		632.338	756.337	1.574	1.640
Empréstimos e financiamentos	16	10.645	2.493	-	-
Debêntures	17	-	23.778	-	-
Impostos e contribuições		34.748	95.133	-	-
Obrigações por compra de participações	20	2.638	96.076	-	-
Débitos com partes relacionadas	28	49.885	66.612	295.090	292.285
Provisões	19	403.215	233.511	964	898
Total do passivo não circulante		501.131	517.603	296.054	293.183
Patrimônio líquido					
Capital social	21	505.703	505.703	505.703	505.703
Reservas de capital	21	112.436	112.436	112.436	112.436
Reservas de reavaliação		63	269	63	269
Reservas de lucros	21	306.862	381.770	306.862	381.770
Outros resultados abrangentes	21	5.535	7.852	5.535	7.852
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		930.599	1.008.030	930.599	1.008.030
Total do patrimônio líquido dos acionistas não controladores		-	127	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		2.064.068	2.282.097	1.228.227	1.302.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita líquida	23	3.104.360	3.056.961	-	-
Custo dos serviços prestados	24	(2.405.710)	(2.339.271)	-	-
Lucro bruto		698.650	717.690	-	-
Despesas comerciais	24	(156.105)	(144.935)	-	-
Despesas gerais e administrativas	24	(534.781)	(563.407)	(2.742)	(15.262)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	71.091	3.179	2.931	7.790
Resultado de equivalência patrimonial	12	94	14.539	21.349	(22.298)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		78.949	27.066	21.538	(29.770)
Despesas financeiras	26	(97.547)	(207.363)	(7.702)	(30.063)
Receitas financeiras	26	46.655	126.051	1.068	7.863
Despesas financeiras líquidas		(50.892)	(81.312)	(6.634)	(22.200)
Resultado antes dos impostos		28.057	(54.246)	14.904	(51.970)
Imposto de renda e contribuição social	27	(11.171)	15.961	1.982	13.732
Resultado do exercício		16.886	(38.285)	16.886	(38.238)
Resultado atribuído a					
Acionistas controladores		16.886	(38.281)	-	-
Acionistas não controladores		-	(4)	-	-
Resultado por ação básico e diluído		0,94	(0,00)	(0,00)	(0,00)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	16.886	(38.285)	16.886	(38.238)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	113.820	131.512	-	-
Perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa	25.301	9.329	-	-
Provisões para contingências líquidas	361.370	81.191	66	852
Resultado de equivalência patrimonial	94	(14.539)	(21.349)	22.298
Ganhos/Perdas na venda de imobilizado e intangível	11.099	16.943	-	-
Impostos diferidos	(21.971)	(1.562)	(15.784)	-
Juros e variações monetárias líquidas	31.247	117.514	7.672	3.604
	537.846	302.103	(12.509)	(11.484)
(Aumento) redução de ativos				
Cientes	2.358	23.671	1.793	(1.541)
Impostos a recuperar	(31.608)	(18.716)	13.887	(10.719)
Estoques	(480)	(1.675)	-	-
Depósitos judiciais	13.761	68.234	(4)	(12)
Outros	(19.621)	(33.287)	2.290	(1.816)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	(8.667)	9.965	17	(7.699)
Salários e encargos sociais	(9.068)	5.127	691	99
Impostos a recolher	129.633	(32.413)	218	(129)
Juros pagos	(31.012)	-	-	-
Impostos pagos	(176.505)	-	(915)	-
Pagamento de processos judiciais	(201.743)	-	-	-
Outros	(5.470)	(1.089)	(2.394)	545
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	199.424	321.920	3.074	(32.756)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(175.576)	(72.254)	-	-
Pagamento obrigações por compra de participações, líquido	(120.993)	(87.048)	-	-
Alienações de ativo imobilizado	-	-	158	-
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	-	92.000	72.736
Caixa líquido das atividades de investimento	(296.569)	(159.302)	92.158	72.736
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital de acionistas	-	-	-	16.361
Empréstimos e financiamentos tomados	321.382	90.000	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos, líquido	(342.706)	-	-	-
Pagamentos das debêntures	(73.421)	(73.712)	-	-
Transferência de bens do ativo imobilizado entre partes relacionadas	46.875	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(92.000)	(97.936)	(92.000)	(62.109)
Mútuos entre partes relacionadas, líquido	186.503	(98.304)	(5.901)	8.751
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento	46.633	(179.952)	(97.901)	(36.997)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(50.512)	(17.334)	(2.669)	2.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131.775	149.109	3.662	679
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	81.263	131.775	993	3.662
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(50.512)	(17.334)	(2.669)	2.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros						Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital - Ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação reflexa	Legal	Lucros retidos	Outros resultados abrangentes reflexos		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	489.341	125.532	1.267	28.744	452.375	4.707	-	1.101.966
Resultado abrangente do exercício								
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(38.238)	(38.238)
Outros resultados abrangentes no período, reflexo	-	-	-	-	-	3.145	-	3.145
Transações com acionistas								
Aumento de capital	16.362	-	-	-	-	-	-	16.362
Realização reserva de reavaliação, reflexo	-	-	(998)	-	998	-	-	-
Resgate de ações de investida	-	(13.096)	-	-	-	-	-	(13.096)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(62.109)	-	-	(62.109)
Absorção de prejuízo	-	-	-	-	(38.238)	-	38.238	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	505.703	112.436	269	28.744	353.026	7.852	-	1.008.030
Resultado abrangente do exercício								
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	16.886	16.886
Outros resultados abrangentes no período, reflexo	-	-	-	-	-	(2.317)	-	(2.317)
Transações com acionistas								
Constituição de reserva legal	-	-	-	844	-	-	(844)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(92.000)	-	-	(92.000)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(206)	-	-	-	206	-
Absorção do lucro	-	-	-	-	16.248	-	(16.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	505.703	112.436	63	29.588	277.274	5.535	-	930.599

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Resultado líquido do exercício	16.886	(38.285)	16.886	(38.238)
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado				
Remensuração do passivo de benefício definido	(2.317)	3.145	(2.317)	3.145
Resultado abrangente total do exercício	14.569	(35.140)	14.569	(35.093)
Resultado abrangente atribuído a				
Acionistas controladores	14.569	(35.140)	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A TSR Participações Societárias S.A. é uma *holding* do Grupo Prosegur Brasil. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Ermano Marchetti nº 1.435, cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Grupo na qual a Companhia participa exerce, primariamente, atividades de prestação de serviços de logística, transporte de valores e vigilância patrimonial ativa. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a própria TSR Participações Societárias S.A. e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo") que desde 2016 representam somente a Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança.

2. Relação de entidades controladas

As controladas do Grupo estão todas sediadas no Brasil e são compostas por:

	Tipo de Controle	Participação acionária %	
		31/12/2016	31/12/2015
Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	Direto (*)	100	99,99
C.T.P. - Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	Indireto (**)	-	99,79

(*) Entidade controlada diretamente pela TSR Participações Societárias S.A.

(**) Entidade era controlada diretamente pela Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança e teve suas atividades encerradas em 2016. Vide política contábil de consolidação na nota explicativa 4(a).

a. Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança ("Prosegur Brasil"): A principal entidade operacional do Grupo, com pouco mais de 95% do total dos ativos consolidados do Grupo, tem como objeto social a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro. Ela atua, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, manualmente ou por meio eletrônico, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (ATM), dentre outros. Atualmente possui 119 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 43.602 colaboradores (46.591 em 2015).

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações na legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras

individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 4(f)** - classificação de arrendamento mercantil. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações que envolvem incertezas resultantes da adoção de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 7** - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota explicativa 13** - premissa sobre a mensuração da vida útil do ativo imobilizado; • **Nota explicativa 14** - premissa sobre a amortização dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio; • **Nota explicativa 18** - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais e reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e • **Nota explicativa 25** - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos. **e. Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 4 e incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora TSR Participações e das controladas sediadas no Brasil, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da TSR Participações pelo método da equivalência patrimonial. Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Base de consolidação: (iii) Combinações de negócios:** As combinações de negócio são registradas na data de aquisição, que na maior parte das vezes representa a data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Quando da determinação da existência de controle, a Companhia leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis. O Grupo mensura o ágio a valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora no investimento adquirido, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, mensurados na data da aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período. Os custos de transação não associados a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos numa combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. **(iv) Controladas:** As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e coligadas são reconhecidas por meio da equivalência patrimonial. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados

pelos valores justos por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado de ativos. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas. *Equivalentes de caixa:* Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, limites de cheque especial e obrigações por compra de participações. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, excluído de quaisquer efeitos tributários. Conforme definido em estatuto, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo. **c. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A perda no seu valor recuperável é reconhecida se ocorrer algum evento de perda que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros projetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que o mesmo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração das condições econômicas e de crédito atuais. Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos, através da reversão do desconto. Se houver um evento subsequente indicando reversão da perda, o montante indicado é registrado diretamente no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, exceto os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo, um novo valor para o ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata* em contrapartida do resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores

são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas e quando o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida. **d. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de Outras receitas operacionais no resultado. O imobilizado em curso é composto predominantemente por obras civis, reforma e aquisição de novos blindados, ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, ampliação e modernização de maquinários de tesouraria. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para o Grupo e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que são incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados para o Grupo. Ativos arrendados são depreciados com base nas suas vidas úteis, considerando que o Grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **e. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. *Mensurações subsequentes:* O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos. Por sua vez, atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Tais gastos são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se o Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso. Eles encontram-se mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. **(v) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear e com base nas vidas úteis estimadas dos intangíveis, exceto ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. O Grupo considera que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **f. Ativos arrendados:** Os arrendamentos onde o Grupo assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Por sua vez, os arrendamentos operacionais são reconhecidos diretamente no resultado, sem reconhecimento dos ativos arrendados. **Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do mesmo. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **Determinando se um contrato contém um arrendamento:** No começo de um contrato, o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento cujo cumprimento depende do uso daquele ativo específico. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente. O Grupo separa, no começo do

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental do Grupo) e redução do passivo em aberto. **g. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, desde que este seja inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. **h. Benefícios a empregados: (i) Planos de benefício definido:** A obrigação líquida do Grupo quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **i. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **j. Receita operacional: (i) Serviços:** A receita compreende, basicamente, a prestação de serviços a outras empresas do Grupo e, indiretamente, prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores. Os valores não faturados são reconhecidos como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **l. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente

reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. **m. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As exceções no seu reconhecimento são para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

5. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercício de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Dessa forma, a adoção antecipada das mesmas não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo: **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9, publicada em julho de 2014 e com adoção prevista para 2018, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). Ela inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada, sendo sua aplicabilidade prevista para 2018. Ela poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	517	476	-	-
Bancos conta movimento	78.432	90.469	993	135
Aplicação financeira	2.314	40.830	-	3.527
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	81.263	131.775	993	3.662

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21. Os saldos de caixa e equivalentes, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e compromissadas, remuneradas a aproximadamente 91,81% (93,25% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que possuem liquidez imediata.

7. Clientes - Consolidado

	2016	2015
Contas a receber de terceiros no país	276.340	285.936
Contas a receber de partes relacionadas	-	1.784
Serviços a faturar	222.580	213.558
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(64.081)	(38.780)
Total contas a receber de clientes	434.839	462.498

Reconhecimento dos serviços a faturar: A grande maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 6 a 15 do mês subsequente a sua execução. Dessa forma, todos os serviços já executados dentro do mês correspondente ainda não faturados são registrados na conta de "Serviços a faturar" no grupo contábil de "Clientes" no ativo circulante, em contrapartida à conta de "Receita" na demonstração do resultado do exercício. A composição de Clientes, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2016	2015
A vencer	404.354	410.080
0 a 30 dias	19.953	30.996
31 a 60 dias	5.658	11.246
61 a 90 dias	4.194	6.257
91 a 180 dias	7.420	12.547
Mais de 181 dias	57.341	30.152
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(64.081)	(38.780)
Total	434.839	462.498

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldos em 1º de janeiro	(38.780)	(34.642)
Créditos provisionados no exercício	(37.959)	(9.329)
Baixas definitivas de títulos	12.658	5.191
Saldo em 31 de dezembro	(64.081)	(38.780)

13. Imobilizado - Consolidado

	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equipamentos e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos carros fortes	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto	45.375	161.031	31.052	187.457	93.769	86.595	33.585	2.797	641.661
Adições	-	10.712	302	94	1.130	27	33.445	2.910	48.820
Transferências	366	17.482	1.673	14.081	3.329	3.011	(39.942)	-	-
Baixas	(37)	(18.027)	(2)	(13.204)	(78)	(1.329)	(1.526)	(699)	(34.902)
Incorporações	-	544	173	975	77	-	-	149	1.918
Saldos em 31/12/2015	45.704	171.742	33.198	189.403	98.227	88.304	25.562	5.157	657.297
Adições	3.752	41.615	2.138	34.094	17.720	26.193	36.873	1.909	164.294
Baixas	(40.901)	(1.310)	(63)	(7.489)	(882)	(6.633)	(16.388)	402	(73.264)
Saldos em 31/12/2016	8.555	212.047	35.273	216.008	115.065	107.864	46.047	7.468	748.327
Depreciação acumulada	(5.111)	(84.366)	(17.972)	(145.292)	(67.805)	(48.146)	-	(2.869)	(374.861)
Depreciação	(1.089)	(15.425)	(2.187)	(16.199)	(9.687)	(6.778)	-	(698)	(52.063)
Baixas	-	16.259	-	12.760	57	1.320	-	5.047	35.443
Incorporações	-	(20)	(6)	(242)	(8)	-	-	(44)	(320)
Saldos em 31/12/2015	(6.200)	(83.552)	(20.165)	(148.973)	(77.443)	(53.604)	-	1.436	(391.801)
Depreciação	(653)	(17.097)	(2.292)	(17.504)	(10.458)	(9.283)	-	(265)	(57.552)
Transferência	(396)	-	-	-	-	396	-	-	-
Baixas	6.857	402	8	3.877	540	2.982	-	610	15.276
Saldos em 31/12/2016	(392)	(100.247)	(22.449)	(162.600)	(87.361)	(59.509)	-	(1.480)	(434.038)
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
Imobilizado líquido	39.504	88.190	13.033	40.430	20.784	34.700	25.562	3.332	265.535
Saldo em 31/12/2015	8.163	111.800	12.824	53.408	27.704	48.355	46.047	5.988	314.289

Garantia: Em 31 de dezembro de 2016, haviam imóveis que foram dados como garantia em um processo fiscal, classificado com risco de perda remoto. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

A despesa com a constituição da provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada em Despesas Comerciais na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica de contas a receber de clientes relativos à provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa são realizados contra a baixa definitiva do título.

8. Impostos a recuperar

Natureza dos impostos recuperáveis	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Impostos sobre o faturamento	101.606	72.469	13	-
IRPJ e CSLL a recuperar	69.616	67.145	4.985	18.885
Total dos impostos a recuperar	171.222	139.614	4.998	18.885

9. Créditos a receber de terceiros - Consolidado

A Companhia contabiliza valores a descontar das parcelas remanescentes dos preços de compra relativos a aquisição de empresas: Grupo Nordeste, Transvig e Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda., cujo passivo encontra-se detalhado na nota explicativa 19. O montante registrado se refere a liquidação de processos judiciais, multas e tributos, relativos a competências de responsabilidade dos antigos sócios de empresas adquiridas. Estes descontos estão previstos contratualmente e são negociados anualmente com os vendedores das empresas adquiridas.

10. Sinistros a receber - Consolidado

Valores a receber das seguradoras, relativos a sinistros por roubos e furtos a bases operacionais e carros fortes. Em 2016, as principais bases sinistradas foram: Barreiras, Marabá e Ribeirão Preto. Em 31 de dezembro de 2016, o montante a receber era de R\$36.747 (2015: R\$39.706).

11. Depósitos judiciais - Consolidado

Natureza dos processos	2016	2015
Trabalhistas	9.875	12.477
Cíveis	1.364	11.833
Tributárias	21.230	21.920
Total dos depósitos judiciais	32.469	46.230

12. Investimentos - Controladora

Conforme nota explicativa 2, a controladora possui participação direta na Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança. Em 19 de Agosto de 2016, a investida realizou o grupamento da totalidade de suas ações ordinárias e preferenciais todas nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, na proporção de 10:1, de forma que cada lote de 10 (dez) ações foi grupado em 1 ação ordinária. Com esta operação, a TSR passou a deter 100% do controle da Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança. Em 2016, o lucro líquido da controlada foi de R\$ 21.349, sendo apresentado nas Demonstrações do Resultado do Exercício da controladora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

14. Intangível - Consolidado

	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenvolvimento de informática	Acordo não competitividade	Total
Custo do intangível bruto							
Saldos em 31/12/2014	718.126	340.245	62.110	63.884	3.256	15.906	1.203.527
Adições	12.223	2.151	1.142	5	8.113	-	23.634
Transferências	7.284	(7.254)	3.702	-	(3.732)	-	-
Baixas (iii)	-	(36.715)	(1.156)	-	-	-	(37.871)
Saldos em 31/12/2015	737.633	298.427	65.798	63.889	7.637	15.906	1.189.290
Adições	-	-	-	-	11.282	-	11.282
Transferências	-	-	6.554	-	(6.554)	-	-
Baixas	(76)	(147)	(17)	(24.784)	(2.499)	(2)	(27.525)
Saldos em 31/12/2016	737.557	298.280	72.335	39.105	9.866	15.904	1.173.047
Amortização acumulada							
Saldos em 31/12/2014	(191.627)	(31.476)	(40.600)	(50.666)	-	(9.695)	(324.064)
Amortização (iii)	(58.335)	25.062	(6.894)	(11.324)	-	(2.896)	(54.387)
Saldos em 31/12/2015	(249.962)	(6.414)	(47.494)	(61.990)	-	(12.591)	(378.451)
Amortização	(44.952)	-	(6.563)	(1.888)	-	(2.865)	(56.268)
Baixas	32	-	46	24.801	-	2	24.881
Saldos em 31/12/2016	(294.882)	(6.414)	(54.011)	(39.077)	-	(15.454)	(409.838)
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2015	487.671	292.013	18.304	1.899	7.637	3.315	810.839
Saldos em 31/12/2016	442.675	291.866	18.324	28	9.866	450	763.209

(i) **Amortização:** Em função das aquisições da Norsergel Vigilância e Transporte de Valores S/A (adquirida em 2010), Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. (adquirida em 2011), Grupo Nordeste (adquirido em 2012) e Transvig Transporte de Valores (adquirida em 2014), foram identificados ágios gerados nas compras e ativos intangíveis de combinação de negócios, com base em laudos elaborados por empresa independente. Os ativos intangíveis alocados dos ágios possuem vida útil definida, com amortização linear, conforme prazo apresentado abaixo:

	Prazo de Amortização (anos)
Marcas, direitos e patentes	3 a 4
Carteira de clientes (grandes)	13 a 18
Carteira de clientes (outros)	5 a 14
Acordo de não competitividade	5

Além dos ativos intangíveis mencionados anteriormente, como advindos de combinações de negócios, registraram-se gastos com aquisições no ano de 2005 das carteiras de clientes de empresas concorrentes, com operações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, os quais estão sendo amortizados, de forma linear, de acordo com o período de vida útil determinado com base em estudo desenvolvido por empresa especializada, cujas taxas variam de 5% a 8,93% ao ano, de acordo com a carteira envolvida. Foram registrados, também, os gastos com aquisição e desenvolvimento de *software*, amortizados pelo método linear a taxa de 20% ao ano. (ii) **Teste de redução ao valor recuperável do ágio:** O teste de redução ao valor recuperável do ágio (Fundo de Comércio) foi baseado no valor justo menos as despesas de vendas, determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. Não houve indicações de necessidade de perda do valor recuperável. (iii) **Encontro de contas:** No exercício de 2015, a controlada Proseguer Brasil realizou um encontro de contas entre custo e amortização dos valores referentes a amortização do fundo de comércio (*Goodwill*) registrados anteriormente a Lei nº 11.638/2007. O total desta operação foi de R\$25.062 e não afetaram o resultado e nem o fluxo de caixa da Companhia.

15. Fornecedores - Consolidado

O Grupo possui obrigações de curto prazo junto a fornecedores e longo prazo somente em 2015. As informações sobre sua exposição para os riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgadas na nota explicativa 21. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar era de R\$146.014 (R\$154.681 em 2015).

A composição da conta de fornecedores, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2016	2015
A vencer	117.468	77.507
0 a 30 dias	26.447	72.027
31 a 60 dias	1.342	878
61 a 90 dias	134	197
91 a 180 dias	623	494
Mais de 180 dias	-	3.578
Total	146.014	154.681

16. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

O saldo de empréstimos e financiamentos é composto por:

	2016	2015
Passivo circulante		
Capital de giro (CCB)	58.755	91.241
Arrendamento mercantil	6.010	2.999
Total	64.765	94.240

	2016	2015
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil	10.645	2.493
Total	10.645	2.493

Termos e cronograma de amortização da dívida de arrendamento mercantil:

Arrendamento mercantil	Moeda	2016		2015	
		Ano de vencimento	Valor de face contábil	Valor de face	Valor Contábil
	R\$	2016	-	-	2.999
	R\$	2017	6.010	6.010	1.155
	R\$	2018	1.026	1.026	786
	R\$	2019	9.619	9.619	552

Total passivos com arrendamento 16.655 16.655 5.492 5.492

Há contratos de arrendamento mercantil que são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano. Eles contêm cláusula de opção de compra e possuem última parcela vincenda em 2019. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos próprios bens adquiridos.

Termos e cronograma de amortização dos em prêmios para capital de giro:

Moeda	Ano de vencimento	
	2016	2015
R\$	2016	- 91.241
R\$	2017	58.755 -

Total passivos com capital de giro **58.755 91.241**

Os contratos de capital de giro estão sujeitos a encargos de 118% a 122% do CDI ao ano, utilizados para pagamento de Debêntures e renovação de seguro, cujas parcelas estão previstas para encerramento no ano de 2017.

Maiores informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez estão apresentadas na nota explicativa nº 22.

17. Debêntures - Consolidado

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos foram destinados a liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto as

coligadas e controladoras para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e reperfilamento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança e Transporte de Valores Ltda. As debêntures emitidas tinham prazo de 05 (cinco) anos com vencimento previsto para 07 de março de 2017. Em 2016, a Companhia optou por realizar a liquidação antecipada do saldo remanescente por estratégia de financiamento global.

18. Salários e encargos sociais - Consolidado

	2016	2015
Salários a pagar	57.605	57.455
Provisão de férias	139.937	151.207
FGTS e INSS a pagar	36.289	50.223
Rescisões a pagar	15.229	4.636
Outros encargos e provisões a pagar	26.685	21.292
Total	275.745	284.813

19. Provisões - Consolidado

	Contingências					Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Benefícios a empregados	Outras provisões	
Saldos em 31/12/14	67.120	13.999	105.417	9.638	3.814	199.988
Circulante	-	-	-	-	3.814	3.814
Não circulante	67.120	13.999	105.417	9.638	-	196.174
Adições	23.443	6.016	122.814	-	27.661	179.934
Baixas-pagamentos	(1.667)	(2.761)	(162.936)	(2.333)	-	(169.697)
Reversões	14.692	(2.601)	(51.794)	-	-	(39.703)
Liquido depósitos judiciais (d.)	(3.302)	-	97.766	-	-	94.464
Saldos em 31/12/15	100.286	14.653	111.267	7.305	31.475	264.986
Circulante	-	-	-	-	31.475	31.475
Não circulante	100.286	14.653	111.267	7.305	-	233.511
Adições	90.238	50.823	211.675	6.509	124.500	483.745
Baixas-pagamentos	(16.829)	(4.308)	(123.032)	-	(134.577)	(278.746)
Reversões	(24.494)	(26.515)	(53.175)	-	-	(104.184)
Liquido depósitos judiciais (d.)	44.720	(3.115)	17.207	-	-	58.812
Saldos em 31/12/16	193.921	31.538	163.942	13.814	21.398	424.613
Circulante	-	-	-	-	21.398	21.398
Não circulante	193.921	31.538	163.942	13.814	-	403.215

a. Provisão para contingências: As provisões para passivos contingentes são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. As provisões para eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas na opinião de seus assessores legais. A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$159.221 (R\$191.579 em 2015), para as quais não há provisão constituída. **b. Benefícios a empregados:** Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3(g)(i), a Companhia não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido:

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 1º de janeiro	7.305	9.478	-	-	7.305	9.478
Incluídos no resultado						
Custos do serviço corrente	387	236	-	-	387	236
Custos do serviço passado	3.090	178	-	-	3.090	178
Despesa (receita) de juros	902	245	-	-	902	245
	11.684	10.137	-	-	11.684	10.137
Incluídos em ORA						
Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	(4.091)	(1.211)	-	-	(4.091)	(1.211)
- premissas financeiras	3.805	(1.512)	-	-	3.805	(1.512)
- ajustes pela experiência	2.578	168	-	-	2.578	168
	2.292	(2.555)	-	-	2.292	(2.555)
Outros						
Benefícios pagos	(162)	(277)	-	-	(162)	(277)
	(162)	(277)	-	-	(162)	(277)
Saldos em 31 de dezembro	13.814	7.305	-	-	13.814	7.305

Obrigações por benefício definido	Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2016	2015	2016	2015

Segregação da obrigação:

- Ativos e autopatrocinados	2.321	4.724	-	-	2.321	4.724
- Aposentados e pensionistas	11.493	2.581	-	-	11.493	2.581
Total	13.814	7.305	-	-	13.814	7.305

(i) **Premissas atuariais:** As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2016	2015
Taxa de desconto	5,68% a.a.	7,20% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3,0% a.a.	3,0% a.a.

(ii) **Análise de sensibilidade:** Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Obrigações de benefício definido	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2016		
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	12.371	15.497
Taxa de inflação de longo prazo [+ (-) 0,5%]	13.814	13.814
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	15.501	12.356
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	14.556	13.087

c. Outras provisões: Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa. **d. Apresentação líquida das provisões contingenciais:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as provisões de contingências e os depósitos judiciais foram apresentados de forma líquida. Para o ano de 2016, os saldos comparativos foram alterados para efeitos de manter a uniformidade dos mesmos, visando apresentar uma melhor divulgação das contingências relacionadas aos depósitos judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

20. Obrigações por compra de participações - Consolidado

Neste grupo estão registradas as parcelas vincendas decorrentes dos contratos de aquisição de empresas: Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda., Transvig e grupo Nordeste. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. é atualizado pela taxa equivalente a variação de 102% do CDI. Para Transvig e grupo Nordeste são atualizados pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI. No exercício de 2016, foram liquidados o saldo remanescente de *Non Compete*, parte do valor adicionado do preço de compra e a penúltima parcela da dívida de compra do grupo Nordeste, no montante de R\$ 27.802. A 4ª parcela foi paga em fevereiro do ano corrente e a 5ª e última parcela que seria paga somente em fevereiro de 2017, foi paga em maio de 2016. A Companhia obteve um desconto financeiro de R\$ 404.

	2016	2015
Grupo Nordeste	64.456	157.358
Grupo Nordeste (Non Compete)	-	27.802
Transvig	3.957	4.623
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	3.446	3.069
	71.859	192.852
Circulante	69.221	96.776
Não Circulante	2.638	96.076

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2016	2015
2017	-	93.762
2018	1.319	1.157
2019	1.319	1.157
	2.638	96.076

21. Capital social e reservas - Controladora

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$505.703 era composto de ações nominativas e com valor nominal de R\$17,07 (em Reais), conforme segue:

Acionistas	Quantidade de ações (em unidades)		Total (em Reais)	% Participação
	Ordinárias	Preferenciais		
Juncadella Prosegur Internacional S.A	8.393.388	2.886.739	238.079	47%
Prosegur Global CIT, SLU	9.515.177	3.164.750	267.024	53%
	17.908.565	6.051.489	505.703	100%

b. Reserva de capital: As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da Companhia em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios. **c. Reserva de lucros:** • **Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. • **Lucros retidos:** O saldo acumulado dos lucros gerados até o exercício de 2016 é no montante de R\$277.274 (R\$353.026 em 2015), permanece à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária. • **Dividendos e juros sobre capital próprio: Exercício de 2016:** Em reunião da Diretoria realizada em 07 de julho de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos apurados em anos anteriores nos montantes de R\$22.000. Em 1º de dezembro de 2016, foi distribuído adicionalmente R\$70.000, perfazendo um total de R\$ 92.000 de dividendos distribuídos no exercício (R\$ 62.109 em 2015). As distribuições foram realizadas de maneira proporcional a participação de cada acionista na data deliberada e tomadas como base o saldo de lucros retidos de períodos anteriores. **d. Outros Resultados Abrangentes:** Nesta rubrica estão registrados os resultados abrangentes referentes à mensuração do

passivo de benefício definido. Anualmente, é realizada a atualização do passivo por atuários especializados.

22. Instrumentos financeiros - Consolidado

Visão geral: O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração local em conjunto com a corporativa tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, sendo seus Diretores responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas relacionadas ao assunto. As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos inerentes ao negócio, para definir limites, controles de riscos apropriados e seu monitoramento e aderência aos limites. Tais políticas e sistemas de gerenciamento são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Administração considera ainda, a demografia, negócio e país de operação de seus clientes, uma vez que estes fatores influenciam, o risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pela área de Contas a Receber, a fim de identificar perdas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia. **Risco de mercado:** O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente. **Gestão de capital:** A Administração monitora o resultado realizado, em relação aos retornos esperados para cada linha de negócio, a fim de manter uma sólida base de capital que traga segurança a controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a operação da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais desta natureza é atribuída à alta Administração. Seu objetivo é evitar a ocorrência de fatos que causem prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar otimização dos custos. As principais ações para mitigar tais riscos são: • Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Estabelecimento de procedimentos para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento das

exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratá-los; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **a. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas)	533.692	815.328
Total	533.692	815.328

Perdas por redução no valor recuperável: O movimento na provisão para perdas por redução está demonstrado na nota explicativa 7. Clientes. **b. Risco de liquidez:** As exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo juros estimados e líquido de eventuais negociações são:

	2016	2015
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	146.014	154.681
Empréstimos e financiamentos	75.410	96.733
Debêntures	-	73.421
Obrigações por compra de participações	71.859	192.852
Débitos com partes relacionadas	49.885	66.612
Total	343.168	584.299

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	Acima de 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	146.014	146.014	-	-
Empréstimos e financiamentos	75.410	64.765	1.026	9.619
Debêntures	-	-	-	-
Obrigações por compra de participações	71.859	69.221	2.638	-
Débitos com partes relacionadas	49.885	-	-	49.885
Total	343.168	280.000	3.664	59.504

c. Risco de mercado: Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2016	2015
Ativos financeiros (Aplicações financeiras, Equivalentes de caixa)	2.314	40.830
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de giro, Finame e Debêntures)	147.269	363.006

Risco cambial: Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a sua acionista Prosegur Companhia de Seguridad S.A (Controladora), sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$49.222 e R\$10.872, respectivamente (R\$90.728 e R\$66.751, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015) e que estão contratados em Euros. **Valor justo:** O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	78.949	2.314	81.263	90.945	40.830	131.775
Contas a receber de clientes	434.839	-	434.839	462.498	-	462.498
Créditos com partes relacionadas	17.590	-	17.590	221.005	-	221.005
	531.378	2.314	533.692	774.448	40.830	815.278
	31/12/2016			31/12/2015		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	75.410	-	75.410	96.733	-	96.733
Debêntures	-	-	-	73.421	-	73.421
Fornecedores	146.014	-	146.014	154.681	-	154.681
Débitos com partes relacionadas	49.885	-	49.885	66.612	-	66.612
	271.309	-	271.309	391.447	-	391.447

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Equivalentes de caixa** - Os valores contábeis correspondem substancialmente ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • **Clientes, fornecedores e partes relacionadas** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado. Estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada pelo fato de tais passivos não estarem mantidos para negociação. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para as atividades da Companhia. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2016	2015
Ativos:		
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	Nível 2	2.314 40.830
Total de ativos		2.314 40.830

23. Receita - Consolidado

	2016	2015
Receita bruta	3.486.812	3.440.465
Menos:		
Impostos sobre vendas	(364.190)	(358.052)
Devoluções e abatimentos	(18.262)	(25.452)
Total de receita líquida	3.104.360	3.056.961

24. Custos e despesas operacionais - Consolidado

O Grupo optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

	2016	2015
Custos e despesas por função:		
Custo dos serviços prestados	(2.405.710)	(2.339.271)
Despesas comerciais	(156.105)	(144.935)
Despesas gerais e administrativas	(534.781)	(563.407)
Total de custos e despesas operacionais	(3.096.596)	(3.047.613)
Custos e despesas por natureza		
Custos e despesas com pessoal	(2.203.946)	(2.136.459)
Amortização e depreciação	(113.820)	(131.512)
Aluguéis	(119.378)	(126.619)
Processos trabalhistas, cíveis e tributários	(190.923)	(81.191)
Combustível	(54.665)	(51.004)
Manutenção	(113.790)	(98.423)
Serviços especializados	(144.157)	(138.834)
Outros custos e despesas operacionais	(155.917)	(283.571)
Total de Custos e despesas operacionais	(3.096.596)	(3.047.613)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

25. Outras receitas operacionais, líquidas - Consolidado

	2016	2015
Resultado na venda de ativos	11.099	-
Recuperação de despesas	4.365	-
Compartilhamento de gastos entre empresas do Grupo	48.533	-
Outras receitas (despesas) operacionais	7.094	3.179
Total de Custos e despesas operacionais	71.091	3.179

26. Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	814	3.614	30	124
Variação cambial ativa	15.914	55.162	557	3.981
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	3.139	45.318	-	2.720
Atualização de impostos e créditos	24.186	15.794	481	1.014
Outras receitas financeiras	2.602	6.163	-	24
Receitas financeiras	46.655	126.051	1.068	7.863
Despesas de juros	(21.220)	(67.221)	2	(1.691)
Despesas com comissão	(2.231)	(2.279)	-	-
Variação cambial passiva	(10.879)	(49.653)	(106)	(4.131)
Juros sobre operações entre empresas do Grupo	(2.512)	(71.468)	(7.514)	(17.299)
Atualização monetária de processos trabalhistas	(57.713)	(3.916)	(78)	(3.916)
Outras despesas financeiras	(2.992)	(12.826)	(6)	(3.026)
Despesas financeiras	(97.547)	(207.363)	(7.702)	(30.063)
Despesas financeiras líquidas	(50.892)	(81.312)	(6.634)	(22.200)

27. Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	28.057	(54.246)	14.904	(51.970)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	9.539	(18.444)	5.067	(17.670)
Resultado de equivalência patrimonial	(32)	(4.943)	(7.258)	7.581
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Adições permanentes	2.573	18.525	293	55
Diferenças temporárias sobre as quais não foram constituídos impostos diferidos	-	(7.517)	-	-
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal não constituído	-	(3.635)	-	(3.635)
Compensação 30% do prejuízo fiscal/ Saldo Refis	-	-	-	-
Incentivos	-	-	-	-
Outros	(909)	53	(84)	(63)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11.171	(15.961)	(1.982)	(13.733)
Diferido	(18.882)	(14.970)	(1.898)	(13.732)
Corrente	30.053	(991)	(84)	17
Alíquota efetiva	40%	29%	(13%)	26%

b. Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos - consolidado

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ágio	26.892	63.283	-	-	26.892	63.283
Diferenças temporárias	201.947	160.831	-	-	201.947	160.831
Prejuízo fiscal e base negativa	23.228	25.406	-	-	23.228	25.406
Alocação de intangíveis	-	-	(138.407)	(157.725)	(138.407)	(157.725)
Reavaliação imobilizado	-	-	(33)	(139)	(33)	(139)
Impostos ativos (passivos)	252.067	249.520	(138.440)	(157.864)	113.627	91.656

28. Partes relacionadas

Controladora e controladora final: Sua controladora são as companhias Juncadella Prosegur International S.A. e Prosegur Global CIT, SLU e, ainda, a Prosegur Cia de Seguridad S.A., sediada na Espanha, a controladora final. **Remuneração de pessoal-chave da administração:** O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2016 foi de R\$9.638 (R\$9.476 em 2015).

Mapa de transações com partes relacionadas - consolidado

	Débito/(Crédito)					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladora						
Prosegur Compañia de Seguridad, S.A.	10.872	(49.222)	64.200	66.751	(32.275)	68.829
Controladas						
Prosegur Brasil S.A.	-	-	-	1.670	-	7.127
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	-	-	143	-	-	-
Coligadas						
Prosegur Tecnologia Sist de Seg e Ltda.	221	(10)	746	75.842	-	(741)
Prosegur Administração de Recebíveis Ltda.	-	-	186	-	(7.433)	2.552

	Débito/(Crédito)					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladora						
Setha Ind Eletrônica Ltda.	31	(23)	(746)	21.160	-	(667)
Prosegur Activa Alarmes S.A.	115	(4)	(153)	5.117	-	-
Juncadella Prosegur Internacional S.A.	-	-	-	-	(58.453)	-
Prosegur Gestão de Ativos Ltda.	-	(504)	7.232	47.956	-	-
Prosegur Sistemas Ltda.	3.443	-	(38.334)	-	-	28.570
Outras	2.909	(122)	112	4.342	(1.449)	(240)
	17.590	(49.885)	33.386	222.838	(99.610)	105.430
Sumário por natureza						
Clientes	8.300	-	-	1.783	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(32.998)	-
Crédito com partes relacionadas	9.290	-	-	221.055	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	(49.885)	-	-	(66.612)	-
Receita com empresas do Grupo	-	-	(52.418)	-	-	(1.648)
Custo/Despesas com empresas do Grupo	-	-	85.804	-	-	107.078
Total	17.590	(49.885)	33.386	222.838	(99.610)	105.430

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP. Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia, decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses.



DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Aprigio Rello Junior
Alessandro Abrahão Netto de Jesus
Alexandre Ribeiro Fuente Cañal

DIRETOR FINANCEIRO

Miguel Torres Távora

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Aos Diretores da
TSR Participações Societárias S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TSR Participações Societárias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da TSR Participações Societárias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3.



TSR



REAL PUBLICIDADE



TSR